

A COLÔNIA NACIONAL AGRÍCOLA CACHOEIRA DE ILHÉUS, SÉCULO XIX*



AYALLA OLIVEIRA SILVA**

Resumo: na segunda metade do século XIX, no sul da Bahia, o governo provincial e os particulares estavam envolvidos em expandir a fronteira agrícola e de ocupação. Contudo, a região era habitada pelos Camacã, Botocudo e Pataxó e parte deles impunha resistência ao avanço da colonização em seus territórios. Nesse processo, foi criada a colônia nacional agrícola Cachoeira de Ilhéus na estrada que ligava a vila de Ilhéus à vila da Vitória, comarcas de Ilhéus e Caetité, respectivamente, como parte de uma política de 'colonização indígena' alternativa às missões religiosas destinadas à catequização dos índios. A colônia Cachoeira tinha como papéis centrais: pacificar a região da presença indígena, facilitar o comércio e o acesso de colonos à região. Objetivo, portanto, empreender uma abordagem acerca da prática da colônia Cachoeira de Ilhéus enquanto experiência indigenista, contexto no qual era central a atuação dos frades capuchinhos italianos.

Palavras-chave: *Sul da Bahia. Século XIX. Colonização indígena. Capuchinhos italianos.*

Em diferentes partes do Brasil de meados do século XIX, os particulares e o governo imperial estavam envolvidos na expansão da fronteira agrícola e na promoção da colonização. Contudo, tais projetos esbarravam nos incontáveis grupos e nas populações indígenas, que habitavam as regiões do Império e que configuravam no principal en-

* Recebido: 30.08.2019. Aprovado: 13.12.2019.

** Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). Professora substituta do Colegiado do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: ayallasilva@yahoo.com.br.

trave para o sucesso dos empreendimentos coloniais, transformando o período em um cenário extremamente conflituoso entre indígenas e colonizadores.

No período em questão, o Sul da Bahia representava importante frente de expansão da sociedade imperial e era uma região habitada por diferentes grupos indígenas, identificados nas fontes pelos etnônimos Pataxó, Camacá e, especialmente, os genericamente denominados Botocudo. Tal como em outras possessões da coroa brasileira, estes grupos indígenas resistiram ao avanço da colonização em seus territórios e, como consequência, da mesma maneira como ocorria em outras partes do Brasil, foram debatidas e criadas políticas para conquistá-los e pacificá-los.

O recorte espacial do presente artigo compreende a zona Sul da Bahia entre a vila de Ilhéus (Comarca de Ilhéus) e a vila da Vitória (Comarca de Caetité). Eixo que servia de corredor regional de ocupação e comércio era conectado pelo uso dos rios Cachoeira/Colônia, Salgado e Pardo; pela estrada Ilhéus-Vitória, aberta desde o início do século XIX, com o trabalho dos índios Camacá e Gueren aldeados em Ferradas e pela presença e atuação dos aldeamentos indígenas e da colônia Cachoeira de Ilhéus. Todos esses estabelecimentos eram dirigidos, à época, pelo frade capuchinho italiano Luiz de Grava.

Os Camacá que viviam ao Norte do Rio Pardo foram referidos pelos viajantes, no séc. XIX, como Kamacá-Mongoiós. Tradicionalmente, o seu território estava localizado entre os rios de Contas e Pardo e, a Leste, se limitava com o território dos Pataxó à margem esquerda do Rio Colônia/Cachoeira. Os Camacá “não mantinham boas relações com os Pataxó e com os Botocudo, os quais, ao que parece, haviam se deslocado para seu *habitat* tradicional” (PARAÍSO, 2014, p. 188).

Importante frisar que tais deslocamentos indígenas tinham a ver com o longo processo de violência empreendido pelo Estado e pelos particulares contra eles, sobretudo contra os Botocudo. Em 1808, a eles foi decretada Guerra justa nas províncias da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. No contexto da transferência da Corte para a colônia, foram deflagradas novas demandas econômicas e político-administrativas que incidiram diretamente sobre os índios dessas regiões, uma vez que elas despertavam maiores interesses econômicos. Todavia, elas permaneciam regiões extremamente beligerantes, em razão dos acirramentos advindos dos conflitos entre indígenas e não indígenas (PARAÍSO, 2014, p. 129). Se tornou, também, regiões de conflitos interétnicos, conflitos estes que foram, inclusive, instrumentalizados pelos particulares em favor próprio, como veremos adiante.

Na capitania de Ilhéus, as missões jesuíticas ou aldeamentos jesuíticos, voltados a catequizar os índios, foram implantados desde os primeiros momentos da instalação da administração colonial na Bahia. Teresinha Marcis observou que a atuação dos aldeamentos de catequese na Capitania se deu imediatamente após “a guerra empreendida contra os Tupiniquins, ordenada e conduzida pessoalmente por Mem de Sá”, em 1559 (MARCIS, 2013, p. 189). No contexto das reformas pombalinas, em 1759, o ouvidor Freire de Veras visitou a Capitania de Ilhéus a fim de realizar trabalhos de reformas cujo objetivo compreendia a instalação de vilas nos aldeamentos. Neste contexto, Ilhéus passou da categoria de capitania à comarca, em 1761, “por força da sub-rogação feita com o seu donatário” (CAMPOS, 2006, p. 249). Com cerca de 50 léguas de extensão de litoral, a comarca de Ilhéus fazia limites com o sul da barra do Rio Jequiçá e o norte da foz do Rio Jequitinhonha (ADAN, 2009).

Em fins do século XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX, portanto, os indígenas passaram pelas diferentes experiências nas missões coloniais estabe-

lecionadas para eles no Sul da Bahia, a exemplo dos aldeamentos do período jesuítico, das vilas de índios e dos aldeamentos tardios, ou seja, aqueles que foram instalados ainda no período colonial, mas que mantinham características diferentes dos aldeamentos jesuíticos (ALMEIDA, 2013).

Os aldeamentos, grosso modo, eram aldeias criadas pelo governo colonial, que, por meio das expedições de descimentos, deslocava os índios das suas aldeias originais e os inseria nesses espaços coloniais implantados “junto aos núcleos portugueses” (ALMEIDA, 2013, p. 87). “Os aldeamentos foram o palco privilegiado para a inserção das populações indígenas na ordem colonial” (p. 88). Os estudiosos especializados, comumente, utilizam o termo aldeamento no sentido de marcar uma distinção entre tais espaços coloniais voltados para os indígenas e as suas aldeias originais. Neste sentido, aldeias e aldeamentos não são sinônimos, a estas terminologias são conferidas diferenças semânticas.

No período imperial, momento em que se situa o presente objeto de estudo, os aldeamentos eram geridos pela vigência do “Decreto nº 426, promulgado em 24 de julho de 1845, mais conhecido como o Regulamento das Missões”, o qual se convertia no resultado do esforço de se construir uma legislação geral para lidar com a questão indígena no Império (SENADO, 1845).

Dito isso, na segunda metade do século XIX, no lastro da nova legislação de terras de 1850, a província da Bahia inaugurou uma discussão sobre a viabilidade da manutenção dos aldeamentos de catequese indígenas e propunha colocar em prática uma política de colonização dos índios, por meio da inauguração de núcleos coloniais agrícolas. Logo, o que estava em jogo na Bahia era a exclusão dos índios do Decreto nº 426 que, apesar da condição transitória que imprimia aos indígenas, se caracterizava como instrumento legal pelo qual os índios poderiam ter resguardados os seus direitos para inseri-los em uma política que não os reconhecia como sujeitos de direitos específicos.

Consequentemente, na Bahia, entre o final da década de 1850 e o decorrer da década de 1860, paralelo à discussão sobre colonização, pautou-se o tema indígena como um problema central a ser resolvido. Tal pauta foi levantada na Assembleia Legislativa, em 1857, pelo presidente da província João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Fala presidencial na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, 1º de setembro de 1857), e pelos diretores gerais dos índios Jacome Dórea e o sucessor Visconde de Sergimirim, ao longo dos anos 1860 e 1870. Importante salientar que o cargo de diretor geral de índio era um cargo criado no escopo do Decreto nº 426 e cabia a cada um deles gerir a questão indígena nas suas respectivas províncias, através da sua comunicação com os diretores dos aldeamentos.

Na Bahia, entretanto, os diretores gerais de índios grassavam a ineficácia e decadência dos aldeamentos e a extinção da maior parte deles (APEB, 1860). O consenso entre as autoridades provinciais era o de que a prática da catequese indígena por meio dos aldeamentos era um método fracassado na Bahia. Nos seus apontamentos apresentaram, como resolução, o projeto de colonização indígena, através da política de instalação de núcleos de colonização.

Para alcançar o definitivo sucesso de civilizar os índios “selvagens”, os dirigentes provinciais apostavam, dentre outras estratégias, na abertura de estradas e diminuição dos espaços de habitação e alimentação dos índios a fim de “forçá-los a cederem à civilização” viabilizando a sua inserção em núcleos nacionais, porque, inclusive, eles poderiam se converter nos “melhores e naturais colonos” (APEB, 1860).

Dessa forma, as autoridades provinciais defendiam como alternativa às missões de catequese indígena a intensa mistura dos indígenas aos não indígenas, por meio dos estabelecimentos agrícolas. Essas questões vêm à tona nas falas dos presidentes da província e diretores gerais de índios, na documentação compulsada no *Arquivo Público do Estado da Bahia*. As ideias gestadas entre essas autoridades, em contrapartida encontravam eco na prática catequética de Luiz de Grava, no Sul baiano: “julgo no meo fraco entender que a colonização indígena deve ser protegida pelo melhor modo possível; pois também é a menos custosa ao Estado” (GRAVA, 1872).

Em consequência disso, foram criadas, a partir de 1857, várias colônias nacionais agrícolas ao Sul da Bahia (elencadas no quadro 1), pois aquela região ainda era pouco ocupada por colonos e densamente habitada por grupos étnicos resistentes ao processo de colonização.

Quadro 1: Colônias Nacionais Agrícolas, sul da Bahia

NOME	ANO DE INSTALAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Colônia Nacional do Rio de Contas	1857	Margem esquerda do Rio de Contas
Colônia Gongogi ou Sinimbu	1857	Rio de Contas
Colônia Salto do Rio Pardo	1857 (1860)	Rio Pardo
Colônia Nacional Agrícola	1857	
Colônia Comandatuba	1867	Rio Comandatuba
Colônia Cachoeira de Ilhéus	1870	Rio Cachoeira
Colônia Jequiçá	1877	Engenho Jequiçá

Fonte: APEB. Seção colonial e provincial, maço 4608 – colônias e colonos; LYRA, 1850-1889.

No Sul da Bahia de então, o projeto de colonização privilegiado foi o das colônias nacionais agrícolas, contudo, na mesma época, em outras regiões do Império, estavam em prática distintos projetos de colonização tais como as colônias estrangeiras e as colônias militares. A formação de colônias nacionais, estrangeiras e militares fazia parte de um projeto de modernização assumido pelo governo Imperial conjuntamente com “a construção de ferrovias, linhas de telégrafo, melhoramentos em portos” (MACHADO, 1999, p. 64), o que traduzia o esforço do Estado em operacionalizar soluções em torno das questões: terra, colonização e mão de obra, a partir de 1850.

No contexto de criação dessas colônias nacionais na Bahia, é importante frisar que o norte da Província vivenciava, entre o final da década de 1850 e início da década de 1860, uma das mais graves secas ocorridas no século XIX. A instalação de pessoas atingidas pela seca aparecia nos documentos sobre algumas colônias como alternativa a minorar as consequências de tal evento. No que diz respeito à seca ocorrida na Província entre os anos de 1857 e 1861, cujos efeitos se prolongaram até os anos 1870, Gonçalves escreveu:

Em 1860, as autoridades provinciais viram-se em meio a uma crise com efeitos sobre todo o interior da Bahia [...], tendo que organizar e controlar socorros públicos para remediar a fome, as doenças, o desemprego e a migração. Tornou-se impossível ignorá-la (2000, p. 36).

Nesse sentido, na documentação referente à criação de algumas colônias, a exemplo de Cachoeira de Ilhéus e Comandatuba, é recorrente a menção à seca que se impôs ao norte da Província. Embora a seca fosse uma preocupação real, ela não representava o único e, tampouco, o principal motivo pelo qual o governo e os particulares se voltaram ao tema da colonização e, sobretudo, ao interesse em colonizar a Zona Sul através dos núcleos coloniais agrícolas. Naquele momento, a Região Sul possuía grandes extensões de férteis terras, as mais apropriadas ao plantio do cacau, que já era produto de exportação e atraía o interesse do governo e de comerciantes da capital, momento de baixa do açúcar e algodão, principais produtos de exportação da Bahia no mercado internacional.

O cacau, que já era produzido no Sul da Bahia desde o final do século XVIII, ganhou expressão no mercado de exportação a partir da década de 1860, em vista das condições favoráveis do mercado internacional para aquele produto. Nas décadas seguintes, conforme escreveu Gustavo Falcón de 2%, o cacau passou a representar quase 20% da receita de exportação da Bahia, contexto no qual a província chegou a exportar mais de 200 mil arrobas de cacau ao final da década de 1880 (FALCÓN, 1983, p. 38). Angelina Garcez observou que somente o cacau conseguiu estabelecer o que o Governo e os particulares vinham tentando sem sucesso: fixar populações nas terras do sul, ocupá-las economicamente, fazê-las produzir. Enfim, desbravar e colonizar a região (GARCEZ, 1977, p. 53).

Também Mary Ann Mahony demonstrou, em seus estudos, que o cacau ocupava, a partir de 1860, o centro das atenções na Bahia como produto de mercado quando a capacidade de exportação saltou de 26 toneladas em 1830 para 570 toneladas em 1860, duplicando esse percentual em 1870, momento em que a província exportou 1.196 toneladas de cacau (MAHONY, 1996, p. 203). Mahony sublinhou que nos anos subsequentes a produção do cacau “explodiu em Ilhéus”, tendo o Sul da Bahia chegado ao início do século XX como “um dos principais produtores mundiais”, com capacidade de exportar 13.000 toneladas de cacau ao ano (MAHONY, 2001).

À vista disto, a criação das colônias agrícolas no Sul da Bahia estava voltada a minorar os percalços sociais e econômicos gerados pela seca na região Norte, colonizar a região interiorana de Ilhéus a fim de torná-la comercialmente explorada. Mas isso só seria possível mediante a pacificação da presença e dos ataques indígenas, esse aspecto, aliás, ocupava preocupação central nas pautas parlamentares provinciais, que visava, também, a obtenção da mão de obra indígena. Nesse contexto foi criada, em 1870, a colônia nacional agrícola Cachoeira de Ilhéus na estrada Ilhéus-Vitória, comarca de Ilhéus, Sul da Bahia.

A Colônia Nacional Agrícola Cachoeira de Ilhéus

Em 1869, por meio de um abaixo-assinado, os moradores do Distrito de Veruga e os do aldeamento de Cachimbo, vila da Vitória, comarca de Caetité, pediram providências à presidência da Província em vista dos constantes ataques sofridos pelos indígenas não aldeados e que habitavam a região (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 11 de abril de 1869). No ano seguinte, o governo decidiu implantar, às margens do Rio Cachoeira e da estrada Ilhéus-Vitória, a Colônia Nacional Agrícola Cachoeira de Ilhéus. Sua criação foi sancionada pela Assembleia Legislativa da Bahia, em 25 de abril de 1870, ficando a administração da colônia por conta do frade capuchinho italiano Luiz de Grava que, à época, atendia pela alcunha de diretor dos índios do Rio Pardo.

Frei Luiz de Grava chamava-se Valdata Pio Luigi. Nascido na cidade de Grava, na Itália, entrou para a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em 1840. Foi enviado ao Brasil pelos seus superiores em 1850, atuando inicialmente em Pernambuco e Alagoas. Em 1853, foi transferido para a Bahia, para o hospício da Piedade, em Salvador, trabalhando naquela província até o ano da sua morte, 1875 (REGNI, 1988, p. 501).

Na segunda metade do sec. XIX, a exceção do aldeamento de Ferradas, que Luiz de Grava havia abandonado administrativamente, ele dirigia os aldeamentos Catulé, Cachimbo e Lagoa, no Rio Pardo. Dirigia também a colônia Cachoeira de Ilhéus, no Rio Cachoeira/Colônia, que correspondia ao esforço de conectar o interior ao litoral. Abaixo, Mapa da colônia Cachoeira de Ilhéus.

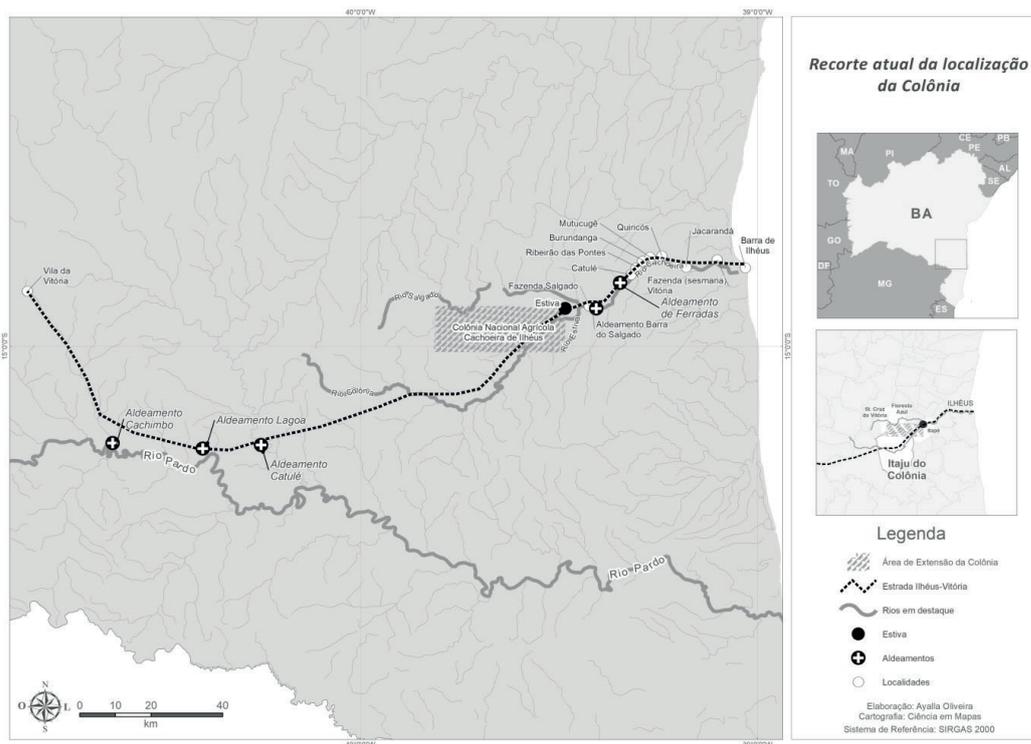


Figura 1: Mapa da Colônia Cachoeira de Ilhéus na estrada Ilhéus-Vitória

Fonte: elaborado pela autora com base na documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Os aldeamentos estavam conectados à colônia de forma estratégica, uma vez que ofereciam mão de obra indígena e segurança à Colônia Cachoeira. No entanto, pelo menos duas questões diferenciavam tais estabelecimentos coloniais. A primeira dizia respeito ao caráter mais incisivo de mistura dos indígenas aos não indígenas na colônia a fim de promover a sua nacionalização. A segunda diferença dizia respeito aos direitos dos índios porque, diferentemente dos índios dos aldeamentos cuja legislação voltada para eles garantia os seus direitos comunais, sobretudo o direito a terra, os índios nacionalizados eram excluídos de tais direitos pelo fato de serem excluídos da categoria de índio.

O termo colonização indígena surgiu a partir da legislação agrária de 1850, em substituição ao de civilização indígena presente no *Regulamento das Missões* de 1845. Para Vânia Moreira, o uso desse termo, na referida lei, tinha significado específico e representou uma mudança jurídica importante sobre os direitos indígenas (MOREIRA, 2012, p. 76). Na realidade sul baiana, uma vez inseridos na colônia, os indígenas

deveriam rapidamente deixar de ser índios para serem dissolvidos na massa dos colonos nacionais. A condição que os indígenas inseridos na colônia ocupavam era extremamente nebulosa e desviante, na documentação analisada.

O controle sobre tais estabelecimentos de missionação assegurava a Luiz de Grava facilidades para estabelecer articulações entre os povos indígenas. Grava representou, assim, um elo importante entre o projeto de colonização e civilização indígena destinado àquela região. Ele também coadunava os interesses públicos e particulares no que dizia respeito a tais projetos.

Os frades capuchinhos italianos tiveram papel central na catequização dos índios nos sertões do Império, a partir da legislação indigenista de 1845, na condição de funcionários do governo imperial e, como tais, eles produziram uma rica narrativa acerca do cotidiano nos aldeamentos (e em outros estabelecimentos por eles dirigidos), uma vez que eram obrigados a prestar contas, ao governo, do seu trabalho. Marta Amoroso enfatiza que as narrativas produzidas pelos capuchinhos italianos se mantiveram inéditas até bem pouco tempo e que foram poucos os que se mantiveram por “período razoável entre os índios” (AMOROSO, 2014, p.14). O Sul da Bahia, portanto, figura a exceção, tendo em vista que Luiz de Grava permaneceu por mais de 20 anos dirigindo as missões indígenas na região. O historiador capuchinho Victorino Regni o descreveu como o continuador do trabalho de Ludovico de Livorno (REGNI, 1988). Este último havia atuado como diretor dos aldeamentos no sul baiano por mais de três décadas.

Monteiro asseverou que a voz desses capuchinhos não destoava tanto do discurso de violência e traição utilizado por colonos e autoridades para caracterizar os índios do sertão, “chegando a justificar não apenas o trabalho de catequese por eles desenvolvido, mas também as medidas repressivas ligadas às ações de particulares e de militares ligados aos presídios” (2001, p. 158).

Após a sua nomeação como diretor da colônia, Luiz de Grava levou adiante, com mãos de ferro, o projeto de promover a colonização dos indígenas; garantir que a estrada Ilhéus-Vitória fosse mantida limpa do mato e da presença dos índios ‘selvagens’ e, por conseguinte, garantir a expansão da fronteira da ocupação e dinamizar o comércio entre o interior e o litoral de Ilhéus. Nas palavras de Luiz de Grava:

Esta Colonia foi fundada para auxiliar a cathequese dos índios que ainda andão dispersos em grande massa nestas vastas solidões, proteger os negociantes desta importantíssima estrada geral, que em poucos dias de beira mar comunica-se com a província de Minas, e outras partes do centro, dar impulso ao comercio e felicidade aos povos, contra a invasão dos ditos selvagens, desenvolver finalmente a lavoura destes terrenos ubertíssimos por meio da colonização espontânea (GRAVA, 1874).

Portanto, a Colônia Cachoeira desempenhava um papel central: promover a pacificação e efetiva colonização do eixo Ilhéus-Vitória, no sul-oeste baiano. Nesse contexto, “se não fosse possível catequizar os índios que se mantinham independentes da autoridade das missões religiosas e do poder provincial, o objetivo seria afugentar, perseguir e expulsá-los daqueles territórios” (SILVA, 2018, p. 1394).

O centro administrativo da colônia estava organizado da seguinte forma, havia a igreja, uma escola para o sexo masculino, algumas ruas, para a residência inicial dos colonos, bem como pastos, pois, a localidade servia de ponto de pausa e descan-

so aos tropeiros que viajavam do interior, com mercadorias e boiadas, até o porto de Ilhéus. O loteamento das terras demarcadas e destinadas às roças dos colonos compreendia lotes de 400 a 500 braças quadradas, que deveriam ser distribuídos conforme o número de membros de cada família. A extensão da colônia cobria uma área de 10 léguas quadradas, “sempre rio abaixo [...] até o lugar denominado Estiva, 3 léguas acima da fazenda Rio Salgado” (GRAVA, 1871).

Luiz de Grava tinha por obrigação apresentar relatórios anuais ao presidente da província acerca do andamento da colônia. Ocasões nas quais apresentou os quadros demográficos da colônia Cachoeira, a partir de tais quadros foi possível acompanhar o crescimento populacional da Cachoeira. Em 1871, a colônia era composta por 60 pessoas, esse número saltou para o total de 419 moradores, em 1874. Tais números, tanto correspondiam ao crescimento vegetativo do estabelecimento quanto pela admissão de migrados do norte da província àquela colônia (RELATÓRIOS DA COLÔNIA CACHOEIRA 1872, maço 4614; 1874, maço 4604).

O sucesso da colônia Cachoeira tinha muito a ver com o papel desempenhado pelos Camacã do aldeamento Catulé. Na documentação utilizada, o binômio ‘índio selvagem’ e ‘índio manso’ é recorrente. Os índios denominados ‘mansos’, por Grava, eram geralmente os Camacã do aldeamento Catulé, que, por se localizar próximo à sede da colônia, era estratégico à manutenção da sua segurança em vista dos ataques dos índios independentes, que em sua maioria eram os Botocudo e Pataxó.

Curiosamente, não se fez referência, em nenhum dos quadros demográficos apresentados ao governo, à presença dos índios inseridos na colônia, apesar de que fosse um dos eixos centrais da sua criação promover a ‘catequese’ dos Botocudo e Pataxó. Todavia, ficou muito claro nos relatórios escritos por Luiz de Grava, que os índios eram inseridos no referido estabelecimento, compulsoriamente, mantidos como prisioneiros e, possivelmente, estavam excluídos do acesso a terra, até mesmo de parcelas individuais.

Os índios eram submetidos à colônia via sequestros e isso emerge na documentação trocada entre Grava e autoridades provinciais. Tais sequestros eram empreendidos tanto por meio do trabalho de colonos pagos por Grava para “entrar no mato para pegar índio” (RELATÓRIO DE FREI DAMIÃO SEVERINO, 1876, maço 4604) quanto nas ocasiões de conflito em que colonos ou os Camacã de Catulé os perseguiram e sequestravam parte do grupo. A exemplo disso citemos o caso do sequestro de uma menina Pataxó, pelos Camacã de Catulé, e que Grava salientou desejar utilizá-la como “língua”, ou seja, intérprete (RELATÓRIO DE LUIZ DE GRAVA, 1871, maço 4604).

Muitos outros casos de conflito entre índios aldeados e índios independentes e índios e não índios são descritos nos ofícios, relatórios, dentre outros documentos enviados por Luiz de Grava à presidência da província. Em janeiro de 1875, Grava comunicou ao presidente da província que um grupo de Pataxó havia arrancado mandioca na roça de um dos colonos e que seis colonos entraram na mata em perseguição dos mesmos: “e com a máxima facilidade trouxeram um índio para colônia”. Grava seguiu relatando, dentre outros aspectos, sem nenhum pesar, o enorme sofrimento daquele Pataxó, pois registrou que ele chorava dia e noite com saudade dos seus parentes (RELATÓRIO DE LUIZ DE GRAVA, 1875, maço 4604).

A alternativa de ‘colonização indígena’ adotada por Luiz de Grava ao inserir os índios de forma forçada juntamente com os colonos na Cachoeira, exemplifica bem o que observou Marta Amoroso, para quem os capuchinhos não acreditavam na ca-

pacidade intelectual dos índios. Na perspectiva desses missionários os índios só eram capazes de aprender pela via da imitação, ou seja, por meio da convivência intensa, com não indígenas. Nas palavras dessa autora: “os índios aprenderiam convivendo com a gente católica e trabalhadora do Brasil. O trabalho de catequese chegaria indiretamente aos índios, pela via do exemplo” (AMOROSO, 1998, p. 253). No sul da Bahia, quando a conversão dos Botocudo e Pataxó em pobres trabalhadores não era possível, optava-se pela via da violência e da perseguição sobre eles, como ficou exposto acima e a documentação sobejamente aponta.

Grava patrocinou verdadeiras bandeiras contra os Botocudo e Pataxó, habitantes da região. No relatório anual da colônia, de 1876, frei Damião, sucessor de Luiz de Grava, apresentou ao governo as petições de alguns colonos que exigiam o pagamento de soldos pelos anos de serviços prestados à colônia, durante o período em que Grava esteve no exercício de diretor. Dentre eles, Bernardo dos Anjos exigiu a quantia de 115.000 réis, referente ao serviço de “entrar no mato para pegar índio”, serviço que ele havia prestado à colônia Cachoeira dentre os anos 1873-1875 (RELATÓRIO DE FREI DAMIÃO SEVERINO, 1876, maço 4604).

Importante salienta que Luiz de Grava sustentava a prática da violência contra os Botocudo e Pataxó que viviam independentes da administração do governo e da Igreja, com base no rótulo de ‘fereza’ e ‘natureza vingativa’ historicamente atribuído a eles no processo de colonização regional. Segundo ele, aqueles índios se convertiam nos “terríveis habitantes” da região e agiam guiados pela sua “inclinação má” (RELATÓRIO DE LUIZ DE GRAVA, 1874, maço 4604).

A violência empregada por Luiz de Grava, no sul da Bahia, lembra a experiência missionária desses capuchinhos no Itambacuri, aldeamento estudado por Izabel Missagia de Mattos. Conforme a autora salientou, em fins do XIX, “conversão”, “catequese”, “civilização” e “criminalização” eram faces de uma mesma moeda. Segundo Mattos, os capuchinhos “constituíam pautas articuláveis dentro de um mesmo discurso indigenista e catequético, através do qual os missionários construía sua obra de ‘civilização e salvação’”. Primeiro forjava-se a imagem de ‘assassinos’, ‘vingativos’ e ‘canibais’ para caracterizar os Botocudo; em seguida, essa imagem de “criminalização” era utilizada para justificar a violência empreendida contra eles (MATTOS, 2004, p. 325).

A Estrada Ilhéus-Vitória

De acordo com Silva (2017), a estrada aberta em início do século XIX e mantida em funcionamento com uso do trabalho compulsório dos Camacã e Gueren do Aldeamento São Pedro de Alcântara ou Ferradas, ao longo da primeira metade daquele século, era um elemento central para a positivação do projeto de colonizar a região mais interiorana do rio Cachoeira. A estrada representava a possibilidade de construção de um corredor de trânsitos e comércio, que ligasse o interior ao litoral de Ilhéus e, desse modo, a estrada compreendia uma extensão territorial que ligava a vila da Vitória à vila de Ilhéus, comarcas de Caetité e Ilhéus, respectivamente. Ao longo da sua extensão, funcionavam os aldeamentos instalados às margens dos rios Cachoeira e Pardo (ver figura 1), estratégicos ao seu bom desempenho.

Ao longo do século XIX, o governo, os particulares e os religiosos, estes últimos, por meio das missões indígenas que dirigiam, estiveram engajados em garantir que a estrada fosse mantida em funcionamento. Em 1870, ela estava aos cuidados de

responsável pelos trabalhos da estrada a serviço do Governo. Acima do rio Salgado, se encontrava a localidade denominada Estiva, marco fronteiro da colônia Cachoeira de Ilhéus. Vale ressaltar que a estrada conectava o porto de Ilhéus e também a região mais habitada do rio Cachoeira a uma zona em processo de avanço da colonização e da fronteira agrícola no sentido sul-oeste regional.

No relatório enviado por Luiz de Grava à presidência da província, em 1872, ele deixou claro o quanto a colônia Cachoeira era central ao funcionamento da estrada Ilhéus-Vitória e vice-versa. Apesar de mencionar a continuidade dos ataques dos índios independentes aos usuários da estrada, Grava se mostrava otimista quanto ao uso comercial da mesma, que se tratava de acesso privilegiado dos comerciantes que desciam do interior para o litoral de Ilhéus, ou seja, uma via essencial ao trânsito de boiadas, tropas e passageiros deslocados, principalmente de Minas Gerais e da Vila Vitória ao porto de Ilhéus. Em contrário, segundo afirmou Grava: “maes ninguém transitava por ella” (Carta do frei Luiz de Grava, 1872, maço 4614). Luiz de Grava registrou anualmente, em seus relatórios, o fluxo de pessoas, tropas e boiadas na estrada Ilhéus-Vitória. Abaixo, os dados correspondentes à estrada, durante os primeiros anos de funcionamento da colônia Cachoeira:

Tabela 1: Movimento da estrada Ilhéus-Vitória entre os anos 1870-1874

Discriminação	1870-1871	1872	1873	1874
Passageiros	363	273	409	525
Tropas (com diversos)	273	357	610	663
Boiadas	400	400	655	794

Fonte: SILVA (2018, p. 1397).

Naquele contexto, a província da Bahia passava por dificuldades financeiras e era de se esperar que houvesse cortes nos orçamentos provinciais. Portanto, a preocupação de Luiz de Grava em apresentar um resultado satisfatório de uso da estrada, dentre outras questões suscita o seu interesse em garantir a continuidade do recebimento da verba orçamentária destinada àquele ramo do serviço público. Contexto no qual, a colônia atuou intensivamente no sentido de ‘limpar’ a estrada da presença dos índios e, pouco ou nada, o frade se preocupou com a catequese e a vida deles, numa região de extremo conflito entre indígenas e não indígenas.

A conexão entre os interesses públicos, privados e missionação capuchinha no sul da Bahia

Tenho tentado demonstrar, até aqui, que a colônia Cachoeira de Ilhéus desempenhou um papel central no projeto provincial de colonização, destinado a promover o alargamento da fronteira agrícola, de ocupação, bem como a ‘colonização indígena’. Além disso, a manutenção da colônia Cachoeira na região representava a coalisão dos interesses públicos e privados, porque, além de promover a pacificação da região da ação dos índios independentes, ela representava a possibilidade de formação de mão de obra indígena e de um núcleo de consumidores, o que interessava sobremaneira a Fernando Steiger, que havia implantado uma fazenda na mesma região e esteve diretamente ligado às atividades da colônia Cachoeira.

Fernando Steiger era suíço e chegou à Ilhéus em 1846. Em pouco tempo, estabeleceu laços de parentesco com uma das famílias mais notáveis da Bahia, através do casamento com Amélia de Sá Bittencourt Câmara. Mary Mahony salientou que no final do século XVIII, “a família Sá controlava grande parte das antigas terras jesuíticas em torno da vila de Camamu, Barra do Rio de Contas e Ilhéus” (MAHONY, 1996, p.90). Fernando Steiger se tornou o proprietário da fazenda Vitória e também um dos mais proeminentes fazendeiros e senhores de escravos de Ilhéus no XIX. Da mesma forma que a família Sá, historicamente associou o sucesso dos seus negócios no Sul da Bahia ao controle indígena, Steiger empenhou-se em obter o controle do trabalho dos índios em favor próprio.

Em 1860, Steiger recebeu, em sua fazenda Vitória, o Arquiduque austríaco Maximiliano de Habsburgo e acompanhou a expedição naturalista empreendida por ele à região (MAXIMILIAN, 2010). Conforme escreveu ao seu irmão Albert Steiger, foi após aquela viagem exploratória que Steiger se interessou pela parcela mais interiorana da região, ele fez a seguinte observação:

Uma região desconhecida e ainda bem selvagem, onde pretendo fundar um estabelecimento na foz do Rio Salgado no Rio Cachoeira. Uma localização esplêndida [...] Há oito anos eu fizera uma parte desta mesma viagem, juntamente com o desafortunado Arquiduque Maximiliano (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 12 DE JUNHO DE 1868).

No intuito de conseguir realizar o seu objetivo de implantar uma nova fazenda na região interiorana de Ilhéus, Steiger se reuniu com funcionários e autoridades do governo, tanto na vizinha vila de Canavieiras quanto em visita a Salvador, como indicou outro trecho da mesma carta (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 12 DE JUNHO DE 1868).

No mesmo ano de 1868, o juiz de direito de Ilhéus, Antônio Gomes Villaça, comunicou ao presidente da província que o fazendeiro ficaria responsável por manter a limpeza da estrada Ilhéus-Vitória, “incumbindo-se dessa obra de acordo com o digno missionário da aldeia de Cachimbo, frei Luiz de Grava”. Villaça ressaltou:

[ambos] se contentaram com a glória que lhes devia resultar de um serviço de tanta utilidade ao país; o missionário obtendo trabalhadores para ela de sua aldeia por um módico jornal e Steiger, dos muitos recursos que tinha contratando-se com um justo jornal os seus escravos (GRAVA DE ANTONIO GOMES VILLAÇA, 1868, maço 2401).

Vale frisar que a três léguas acima da fazenda Salgado estabeleceu-se o marco fronteiro da colônia Cachoeira de Ilhéus (como demonstrado na Figura 1, acima). Além disso, é importante salientar que o processo de expansão da fronteira de ocupação e agricultura levada a cabo ao longo do rio Cachoeira/Colônia envolvia diversos e distintos atores: o governo provincial, Fernando Steiger, Luiz de Grava, pessoas escravizadas que Steiger tinha como propriedade e os índios aldeados de Cachimbo.

Após a compra da fazenda Vitória, Steiger escreveu ao seu pai para colocá-lo a par dos acontecimentos e compartilhou com ele as dúvidas que tinha sobre quais produtos agrícolas cultivar na Vitória. Naquela ocasião, ele ainda se mostrava reticente à ideia de cultivar cacau, mas acabou desenvolvendo um sistema agrícola na fazenda que

o permitia cultivar simultaneamente café e cacau (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 1857). Porém, na biografia que Albert Steiger escreveu sobre o irmão, o mesmo afirmou que Steiger limitou o cultivo agrícola da fazenda ao cacau: Steiger, segundo ele, “tinha gradualmente plantado 200.000 pés [de cacau], cerca de 1.600 pés por hectare de solo” (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 1A], 1891).

Fernando Steiger também cultivava algodão e enfrentou sucessivas safras mal sucedidas de café e algodão na fazenda Vitória. Além disso, as terras da Vitória não eram muito boas ao cacau (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 20 de agosto de 1870. Tradução livre). Portanto, Steiger tinha motivos de sobra quando, em 1868, empenhou os seus esforços a fim de fundar uma nova fazenda, em uma região cuja fronteira da ocupação estava aberta e cujas terras ele sabia possuírem a melhor qualidade. Para conseguir fundar a fazenda Salgado, Steiger não se eximiu das dificuldades apresentadas. Albert Steiger descreveu esse momento com as seguintes palavras:

A inauguração deste novo plantio remoto foi um trabalho enorme. Primeiramente era necessário uma via pela selva para chegar-se até lá e de lá trazer os produtos. O pior de tudo eram os pântanos. A equipe inteira às vezes padecia da febre, [...]. Após o caminho construído – que tanto admirou o governo que prometeu subvenções mas nunca as concedeu – chegava-se ao terreno da plantação propriamente dita, como era fértil esta plantação! [...]. Salgado, a criança mimada [...] (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 1A], 1891).

O sucesso do novo empreendimento de Fernando Steiger pode ser confirmado pelo testemunho do frei Luiz de Grava, que, imediatamente após a fundação da colônia Cachoeira, comunicou ao presidente da província, João de Almeida Couto, a possibilidade de Steiger fornecer os gêneros de agricultura que cultivava em sua fazenda à colônia. Sendo assim, aquele estabelecimento poderia ser facilmente abastecido de “farinha, feijão, milho e arroz”. Salientou, além disso, que Steiger “estava disposto a fornecer taes gêneros por preço razoável” à colônia Cachoeira (CARTA DO FREI LUIZ DE GRAVA, 1870, maço 4604).

A colônia Cachoeira estava situada em uma região de difícil acesso ao porto de Ilhéus, portanto, seria proveitoso obter os alimentos cultivados na fazenda Salgado, que estava distante apenas três léguas do limite da colônia. Pela mesma razão, fornecer os produtos à colônia era lucrativo a Fernando Steiger, uma vez que ele não necessitaria custear o caro transporte da sua produção até a vila de Ilhéus. Todos saíam ganhando e seguiam juntos no intento de tornar a região efetivamente colonizada. Contudo, o êxito dos ensejos públicos e privados, naquela região, dependia do controle sobre os indígenas que viviam fora do alcance das missões religiosas, aspecto a que Fernando Steiger estava atento.

Em carta enviada a Barrelet – tutor do seu filho Fernando em ocasião da sua estadia de estudos na Europa – Fernando Steiger dedicou parte da narrativa às relações estabelecidas por ele com os Camacá, na região. Ele mencionou que estando na fazenda Vitória, chegou-lhe a notícia de que um grupo de 50 indígenas o havia procurado, não demonstrando intenção de atacar a fazenda e que, não tendo encontrado Fernando Steiger ou o “grande chefe de Salgado”, como eles referiram, retornaram à mata. Steiger retornou imediatamente à fazenda e, após alguns dias, alcançou os Camacá nas proximidades

dades do rio Pardo, o grupo era chefiado por um cacique que, inclusive, compreendia a língua portuguesa (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 11 de abril de 1870).

Em 1878, numa outra carta, Steiger registrou que o cacique mencionado era o mesmo que ele havia conhecido em Ferradas em 1860, quando da expedição de Maximiliano de Habsburgo ao sul da Bahia (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 10 de março de 1878). É muito provável que parte dos indígenas do aldeamento de Ferradas, a exemplo do referido cacique, tenha se deslocado para a mata no processo de desarticulação administrativa que o aldeamento sofreu, uma vez que, desde os primeiros anos de seu funcionamento, 1814, o diretor Ludovico de Livorno reclamava da inconstância dos Camacá de Ferradas, que partiam para a mata e voltavam cheios de “vícios”, ou seja, eles mantinham uma fronteira fluida entre o mundo do aldeamento e outros espaços sociais (SILVA, 2017, p. 139). Steiger deu sequência à carta, informando que após o contato com o “chefe” Camacá, ele retornou para Salgado com uma expedição de cerca de trinta jovens, e explicou:

Minha intenção era construir para eles uma vila a meia légua do meu estabelecimento, empregá-los para limpar a floresta e para mostrar-me os lugares onde houvesse ipecacuanha em abundância e, quem sabe, até mesmo mostrar-me depósitos de ouro (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 11 de abril de 1870).

O interesse pela *ipecacuanha* era comum aos colonizadores e expedicionários pelo seu valor medicinal e, por conseguinte, de importante utilidade na mata. Apesar disso, o aspecto mais importante a ser notado diz respeito à tentativa de recrutamento de parte dos indígenas contatados para a fazenda Salgado, onde eles ficariam instalados na sua proximidade, cuja intenção era se servir do conhecimento que eles tinham sobre a região bem como dispor da sua força de trabalho – não por acaso Steiger arregimentou, no processo de negociação entre ele e os Camacá, apenas os indígenas jovens.

Apesar de em termos oficiais não terem sido estabelecidas colônias militares no sul da Bahia, Fernando Steiger, que manteve contato e aliança com os Camacá do rio Pardo, anos mais tarde, criou, nas proximidades da fazenda Salgado, um estabelecimento que ele denominou de “colônia militar” para a instalação dos Camacá, seus aliados, a fim de manter a sua segurança e a dos seus negócios:

Agora, no entanto, os meus aliados, os camacães, passaram a gostar de mim, da localidade e da vida um pouco civilizada, consideram-se também aqui mais seguros das investidas dos patachós e dos mongojós [mongoiós] e pediram-me para assentar por aqui as suas moradas. Dei-lhes um terreno a aproximadamente meia-hora do meu estabelecimento, construí cabanas e providenciei as demais instalações. Um dos meus maiores prazeres agora é subir o rio navegando de canoa até uma linda cachoeira, numa área esplêndida, em cujos ambos os lados está posicionada a minha colônia militar (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 10 de março de 1878).

No sul da Bahia, o Governo não implantou colônias militares, como em outras porções do Império. Apesar disso, Steiger afirmou que tinha sua própria “colônia militar”, composta por indígenas, e do quanto ela era necessária à segurança de sua vida e dos negócios na região. Na segunda metade do XIX, guardadas as especificidades,

os diversos tipos de colônias – militares, estrangeiras, e nacionais – estavam voltados à promoção da colonização dos interiores do Império. Sobre as colônias militares, cuja administração a partir de 1861 coube ao Ministério da Guerra – com exceção daquelas instaladas nas zonas fronteiriças do Brasil, segundo o Ministro da Guerra, em 1863 –, a maior parte delas atendia especificamente o interesse de povoar regiões centrais e pouco colonizadas, visando desenvolver a agricultura e facilitar a catequese dos indígenas (RELATÓRIO DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1863). Logo, temos um ponto em comum entre as colônias nacionais agrícolas e as colônias militares, que consistia na problemática indígena que as atravessava.

No trecho da carta de Steiger, acima destacado, parece ficar mais evidente o interesse dos Camacã em procurar Steiger, em 1870. Eles desejavam se instalar em terras do Salgado controladas pelo ‘grande chefe de Salgado’, em contexto de conflitos com os seus rivais no Rio Pardo e, em troca, manteriam a pacificação daquela zona como braço paramilitar no estabelecimento que Steiger construiu para eles. Nesse contexto, é importante frisar que Steiger aproveitou a histórica rivalidade territorial entre as diferentes etnias em favor próprio, promovendo uma retaliação violenta contra os ‘índios inimigos’ através das negociações que ele travou com os ‘índios amigos’, como ele próprio explicitou na sequência da narrativa:

Estes haviam sofrido bastante com os meus inimigos e ficaram contentes em poder se vingar. Eu forneço-lhes rifles e munição em lugar dos arcos e flechas que eles utilizam, pago os tiros em dinheiro por cada homem que eles matam (mulheres e crianças não são contabilizados), assim, em pouco tempo fui liberto daqueles malvados (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 10 de março de 1878).

Ao nível do que acontecia nas demais províncias do Império, no Sul da Bahia estabelecer o emprego da negociação e da violência indígena a fim de pacificar os territórios apropriáveis à colonização era prática conciliável. Dito de outro modo, em detrimento da ‘brandura’ adotada na legislação indigenista, de 1845, como medida de catequização dos indígenas, nos sertões, as práticas adotadas eram bem outras, pois se convertiam em espaços nos quais pacificar e exterminar eram faces de um mesmo processo. Nas palavras de John Monteiro, “atrair ou repelir, civilizar ou exterminar [...], a noção de civilização, ao que parece, abrangia os dois extremos” (MONTEIRO, 2001, p. 143).

Retomando o entrelaçamento dos negócios particulares de Fernando Steiger e a colônia Cachoeira, após a morte de Grava por afogamento no Rio Cachoeira quando ele voltava de uma estadia no Convento dos capuchinhos, em Salvador, em maio de 1875, Fernando Steiger acusou o recebimento de 3.292.18 réis referente a produtos fornecidos à colônia Cachoeira entre os anos de 1870 e 1875. Também havia o registro de empréstimos em dinheiro por meio de pagamentos a empregados da colônia feitos por Steiger (FERNANDO STEIGER, 25 de maio de 1875). Ou seja, ficava evidente o quanto eram estreitos os laços públicos, privados e religiosos no que dizia respeito ao funcionamento da colônia Cachoeira.

Apesar de todo o entusiasmo em torno da colônia por parte do Governo, que a considerou, inclusive, a mais importante da Província, e o envolvimento dedicado de Steiger a fim de promover o seu bom funcionamento, em fins da década de 1870, a realidade não era tão animadora, o que fica bem exemplificada no fragmento da carta de Steiger, abaixo exposto:

[...]Portanto, sinto-me obrigado a vender Salgado, para meu grande pesar, pois estou muito frágil para administrar duas fazendas tão distantes umas das outras. Além do mais, todo o pessoal está com medo de ficar aqui, porque no ano passado, os índios selvagens tornaram-se muito atrevidos e ousados. Perambularam pelas plantações de Salgado e causaram devastações (BURGERBIBLIOTHEK BERN, FA VON STEIGER (WEISS), [PROVISORISCH NR. 6], 10 de março de 1878).

Luiz de Grava representava um pilar importante para a positivação da missão voltada aos indígenas e ao serviço do projeto de colonização em prática naquela zona sul da Bahia. Com a sua morte, tais projetos sofreram uma desarticulação não superada pelos sucessores do frei. A colônia Cachoeira, outrora elogiada, a partir de 1876 começou a vivenciar um processo de desmonte, e os colonos se envolveram em vários conflitos internos e externos, momento em que a pacificação regional promovida pela colônia se tornou instável. Esse cenário conflituoso ficou exposto nos relatórios anuais da colônia enviados à presidência da província por frei Damião Severino, substituto de Grava, entre os anos 1876-1877 (RELATÓRIOS DE FREI DAMIÃO SEVERINO, 1876/1877, maço 4604).

A fragilidade da colônia Cachoeira, estabelecimento que parecia representar o grande ponto de pacificação indígena na região interiorana da comarca em fins do século XIX, impactou diretamente o projeto da expansão da colonização em prática naquelas paragens, ameaçado pelos ataques empreendidos pelos Pataxó e Botocudo, que continuavam resistindo ao avanço da colonização em seus territórios, como desnudou a fala de Steiger em carta de 1878, acima citada.

À guisa de conclusão do texto, no Sul da Bahia, em início da segunda metade do Oitocentos, como em outras possessões do Império, o processo de interiorização da colonização foi um trabalho árduo, que mobilizou muitos e diferentes atores para expandir os domínios do Império sobre territórios historicamente habitados por uma infinidade de grupos indígenas. Nesse processo, a implantação de diferentes modelos de colônias foi uma política privilegiada na tentativa de colonizar os interiores do Brasil. Na Bahia, o governo voltou a sua atenção às colônias nacionais agrícolas, como política de ocupação, expansão da fronteira agrícola, e 'colonização indígena' destinada ao sul da província.

Frei Luiz de Grava, estando à frente da colônia nacional agrícola Cachoeira, implantada em Ilhéus, se ocupou em promover um duplo papel: nacionalizar os índios independentes por meio da inserção compulsória deles à colônia e promover bandeiras a fim de 'limpar' a estrada e regiões dos rios Cachoeira e Pardo da sua presença. A violência empreendida contra os índios independentes visava garantir a segurança dos estabelecimentos públicos e privados e contava com a ação dos índios aldeados e índios aliados, dos particulares, e com a mão de ferro de Luiz de Grava, que respondia à alcunha de diretor dos índios do rio Pardo.

Luiz de Grava foi responsável, além disso, por colocar em prática, em Ilhéus, uma política indigenista extremamente nociva aos direitos dos índios. Sob a sua direção, os indígenas inseridos na colônia Cachoeira eram imediatamente invisibilizados da categoria de índio e, conseqüentemente, excluídos dos direitos legais de índios aldeados assegurados pela legislação indigenista. Quer dizer, estavam em prática a exclusão dos Camacã, Pataxó e Botocudo da legislação geral voltada aos índios no Império e a inserção destes povos numa política de colonização que sequer os reconhecia como tais.

Importante salientar que os indígenas chegaram ao final do século XIX resistindo, das mais diferentes maneiras, ao processo da colonização em seus territórios, naquela porção sul da Bahia. Dentre outras ações políticas, eles empreenderam guerra e fizeram aliança com os colonizadores. Assim sendo, mesmo em uma situação desigual de poder, os Camacá, Pataxó e Botocudo lutaram para manter o relativo controle sobre as suas vidas e assumiram distintos lugares e papéis sociais junto à sociedade envolvente.

THE NATIONAL COLONY CACHOEIRA DE ILHÉUS, 19th CENTURY

Abstract: In the second half of the nineteenth century, in southern Bahia, the provincial government and individuals were involved in expanding the agricultural and occupation frontiers. However, the region was inhabited by the Camacans, Botocudos and Pataxós and part of them imposed resistance to the advance of colonization in their territories. In this process, the Cachoeira de Ilhéus National Agricultural Colony was created on the road that linked the town of Ilhéus to the town of Vitória, the Ilhéus and Caetité counties, respectively, as part of an alternative indigenous colonization policy to the religious missions destined to catechize the Indians. The Cachoeira colony had as central roles to pacify the region of the indigenous presence and to facilitate the commerce and the access of settlers to the region. Therefore, the objective is to undertake an approach to the practice of the Cachoeira de Ilhéus colony as an indigenist experience, a context in which the performance of the Italian Capuchin friars was central.

Keywords: Southern Bahia. XIX century. Indigenous colonization. Italian capuchins

Notas

- 1 O presente artigo integra a pesquisa de tese de doutorado, em andamento. Também é uma versão expandida e modificada do trabalho apresentado e publicado nos anais do 56º Congresso Internacional de Americanistas (ICA), ocorrido na Universidade de Salamanca-Espanha, 2018.
- 2 Cf. NACIF, Paulo Gabriel Soledade. Ambientes naturais da bacia hidrográfica do rio Cachoeira, com ênfase aos domínios pedológicos. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas). Viçosa: Minas Gerais, 2000, p. 17-19: A bacia do rio Cachoeira origina-se na nascente do rio Colônia (município de Itororó) e faz confluência com o rio Salgado (município de Itapé). A confluência entre os rios Colônia e Salgado recebe o nome de rio Cachoeira.
- 3 Cf. SILVA, Ayalla Oliveira. *Ordem Imperial e Aldeamento Indígena: camacãs, gueren e pataxós no Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2017: O aldeamento São Pedro de Alcântara ou aldeamento de Ferradas foi instalado na estrada Ilhéus-Vitória, em 1814, ele foi composto pelos Gueren transferidos de um antigo aldeamento no rio Almada e pelos Camacã descidos (deslocados) das suas aldeias originais. A maior parte da população, entretanto, era dos Camacã. O aldeamento converteu-se em um estabelecimento central no que dizia respeito ao acesso ao trabalho indígena e a manutenção da pacificação regional.
- 4 Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850*. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 68-69: “Nacionalização” e “Cidanização” correspondem aos processos operados pelo Estado Imperial na segunda metade do XIX, nos quais, o Estado “impôs” aos índios o estatuto jurídico de “brasileiro” e “cidadão”. Um fenômeno construído política e ideologicamente que intencionava deslegitimar as comunidades étnicas e estava embutido de outro fenômeno, de cunho econômico, que se tratava da desamortização e privatização das terras coletivas dos mesmos.
- 5 Fernando Steiger se correspondia com o irmão, o pai e outros interlocutores na Europa. Os originais das missivas de Fernando Steiger e a biografia que Albert Steiger escreveu sobre ele estão disponíveis

na Biblioteca de Berna, na Suíça (Burgerbibliothek Bern). A documentação foi acessada, contudo, através do blog (<http://ferdinandvsteiger.blogspot.com.br/>) criado e administrado por André Paiva Figueiredo, descendente de Fernando Steiger que compilou na referida página a transcrição, bem como os originais das mesmas, tais cartas foram escritas parte em alemão e parte em francês.

- 6 Cf. TEIXEIRA, V.A.; COELHO, M.F.B.; MING, L.C. *Poaia [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stoves]: aspectos da memória cultural dos poaieiros de Cáceres - Mato Grosso, Brasil*. Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu, v.14, n.2, p.335-343, 2012: A *Psychotria ipecacuanha*, também conhecida como poaia, no Brasil, é mais comumente encontrada no Mato Grosso e possui grande valor farmacológico.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Seção colonial e provincial. Série agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos índios (1856-1864). Maço 4612. Relatório do Diretor Geral dos Índios, 28 de janeiro de 1860.

Seção colonial e provincial. Série Justiça/correspondências juízes de Ilhéus. Correspondência de Antônio Gomes Villaça. Maço 2401, Ano 1868.

Seção colonial e provincial. Série Agricultura: colônia Nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877). Carta de Luiz de Grava ao Presidente da Província João d'Almeida Couto. Maço 4604, em 14 de junho de 1870.

GRAVA, Luiz de. Seção colonial e provincial. Série agricultura. Relatório de Luiz de Grava ao presidente da província Barão de São Lourenço. Maço 4604, 26 de janeiro de 1871.

Seção colonial e provincial. Série Agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos Índios (1866-1889). Carta de Luiz de Grava ao presidente da província Joaquim Pires Machado Portella. Maço 4614, 1872.

Seção colonial e provincial. Série Agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos Índios (1872): Mapa estatístico da população da colônia nacional da Cachoeira de Ilhéus. Maço 4614, 1872.

Seção colonial e provincial. Série Agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos Índios (1866-1889). Relatório de Luiz de Grava. Maço 4614, 1872.

GRAVA, Luiz de. Seção colonial e provincial. Série agricultura: Colônia Nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877). Correspondência de Luiz de Grava. Maço 4604, 18 de setembro de 1872.

GRAVA, Luiz de. Seção colonial e provincial. Série Agricultura: Colônia Nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877). Relatório de Luiz de Grava. Maço 4604, 12 de Fevereiro de 1874.

Seção colonial e provincial. Série agricultura: Colônia Nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877). Relatório de Luiz de Grava. Maço 4604, 2 de janeiro de 1875.

Seção colonial e provincial. Série Agricultura: Colônia Nacional Cachoeira de Ilhéus (1870-1877). Relatório de Damião Severiano. Maço 4604, 17 de junho de 1876.

Seção colonial e provincial. Série agricultura: Colônia Nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877). Relatório de Frei Damião Severino. Maço 4604, 12 de setembro de 1876.

Seção colonial e provincial. Série Agricultura: colônia Nacional Cachoeira de Ilhéus (1870-1877). Relatório de Damião Severino. Maço 4604, 22 de janeiro de 1877.

Arquivo Histórico da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (Ofmcap), Salvador-BA

Prestação de contas de Fernando Steiger dos valores por ele recebidos pelo fornecimento dos produtos da sua fazenda à colônia Cachoeira, 25 de maio de 1875. Caixa Ea 4 – CD nº 3.

Arquivo Histórico do Exército (AHEX), Rio de Janeiro-RJ

Mapa de 1852. Comissão de exploração do Rio Pardo (comarcas de Ilhéus e Porto Seguro).

Relatório do Ministro dos Negócios da Guerra Polidório da Fonseca Quintanilha Jordão, 1863.

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger

Disponível em: <http://ferdinandvsteiger.blogspot.com.br/>

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger (Weiss), [provisorisch Nr. 6], 1857. Tradução livre.

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger (Weiss), [provisorisch Nr. 6], 12 de junho de 1868. Tradução: André Paiva de Figueiredo.

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger (Weiss), [provisorisch Nr. 6], 11 de abril de 1870. Tradução: André Paiva Figueiredo.

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger (Weiss), [provisorisch Nr. 6], 20 de agosto de 1870. Tradução livre.

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger (Weiss), [provisorisch Nr. 6], 10 de março de 1878. Tradução: André Paiva Figueiredo.

Burgerbibliothek Bern, FA von Steiger (Weiss), [provisorisch Nr. 1a], Biografie zu Ferdinand von Steiger, 1891. Tradução: André Paiva de Figueiredo.

Center for Research Libraries: Relatórios Provinciais Presidenciais (1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>

Fala do presidente da província na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em 1º de setembro de 1857.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província Barão de S. Lourenço, em 11 de abril de 1869. Tipografia de J. G. Tourinho.

Relato de viagem

MAXIMILIAN von Habsburg, Ferdinand. *Mato Virgem*. Tradução, introdução e notas de Moema Parente Augel. Ilhéus: Editus, 2010.

Referências

ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. *Colonial Comarca de Ilhéus: Soberania e Territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMOROSO, Marta. *Catequese e Evasão: Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 1998.

AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª ed. Ilhéus: Editus, 2006.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. *Os coronéis do cacau: Raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1983.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. *Mecanismos de formação da propriedade cacauzeira do eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930: Um estudo de História Agrária*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1977.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2000.

LYRA, Henrique Buckingham. A 'crise' de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia, 1850-1889. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007, p. 233-305.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MAHONY, Mary Ann. *The World Cacao Made: Society, Politics and History, in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919*. Dissertation of the degree of (Doctor of Philosophy). Yale University. United States, 1996.

MAHONY, Mary Ann. "Instrumentos necessários" escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*. Universidade Federal da Bahia, n. 25-26, 2001.

MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do Rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na capitania de Ilhéus, 1758-1822*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia: Salvador-BA, 2013.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Livre docência). Campinas: Unicamp, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, "cidanização" e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. *Ambientes naturais da bacia hidrográfica do rio Cachoeira, com ênfase aos domínios pedológicos*. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal de Viçosa: Minas Gerais, 2000.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: Edufba, 2014.

REGNI, Vittorino Pietro. *Os capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil*. Tradução: Agatângelo de Crato. Vol 2. Editora Palloti: Salvador, 1988.

SENADO Federal. Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845. Publicação original: 460

Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12 de 1845, vol. 001: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574>. Consultado em 24 de fevereiro de 2017. 22:10 hrs.

SILVA, Ayalla Oliveira. *Ordem imperial e aldeamento indígena: camacãs, guerens e pataxós no Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2017.

SILVA, Ayalla Oliveira. *A colônia nacional Cachoeira de Ilhéus: expansão agrícola, colonização e indigenismo no sul da Bahia na segunda metade do século XIX*. Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, p. 1393-1402.

TEIXEIRA, Vagner, A.; COELHO, M.F.B.; MING, L.C. Poaia [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stoves]: aspectos da memória cultural dos poaieiros de Cáceres - Mato Grosso, Brasil. *Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu*, v.14, n. 2, p.335-343, 2012.